4.2 — Funcionários a que se refere o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ou seja funcionários habilitados com o grau de licenciatura em Administração Pública e com, pelo menos, quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja exigível uma licenciatura.

4.3 — Os chefes de repartição a que se referem os n.ºs 4 e 5 do citado artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, deverão ser titulares de licenciatura em Administração Pública.

5 — Requisitos preferenciais:

5.1 — Experiência no desempenho de funções de coordenação e direcção.

5.2 — Conhecimentos na área administrativa e em especial na área dos recursos humanos.

5.3 — Experiência profissional em autarquias locais.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular, onde serão considerados os requisitos preferenciais e entrevista pública.

7 — Formalização e prazo de entrega das candidaturas — os interessados deverão apresentar a sua candidatura no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Olhão, Largo de Sebastião Martins Mestre, 8007-349 Olhão, pessoalmente, na Secção de Recursos Humanos, ou por carta registada, com aviso de recepção, devendo constar os seguintes elementos:

Identificação (nome, data de nascimento, número do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone).

Categoria profissional.

Tempo na categoria.

Habilitações literárias.

Funções com mais interesse para o lugar a que se candidata.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação, implicando, na sua ausência, a exclusão do presente procedimento concursal:

a) *Curriculum vitae*, detalhado, devidamente datado e assinado, indicando, nomeadamente, a experiência profissional, funções, actividades e responsabilidades exercidas e o tempo correspondente;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) Certificados de formação profissional;

d) Outros documentos que comprovem as declarações prestadas pelo candidato;

e) Declaração comprovativa de vínculo à Administração Pública, com menção da categoria detida e com contagem de tempo de serviço na categoria, carreira e função pública.

9 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria de Lurdes Brito Pinto dos Santos Nogueira, directora de Departamento de Administração Geral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria da Conceição Janeiro Godinho Calhau, chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização.

Dr.ª Mariana Rosa Piado Farrusco, directora de Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve.

2 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*. 3000214531

Aviso

Por meu despacho de 6 de Julho de 2006, autorizo a renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto — Código do Trabalho, com o técnico superior de 2.ª classe, Paulo Jorge Lopes Borges da Fonseca, com início a 19 de Setembro de 2006, pelo período de um ano.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*. 3000214529

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que foi rescindido, a seu pedido, o contrato de trabalho a

termo resolutivo certo, celebrado entre esta Câmara Municipal e Helena Maria Cabrita Domingues em 9 de Maio de 2005, na categoria de cantoneiro de limpeza, índice 155, com efeitos a 10 de Agosto de 2006.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*. 3000214528

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Aviso

De acordo com o despacho do presidente da Câmara Municipal de 19 de Julho de 2006, e para efeitos do cumprimento do estipulado no n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontrará em fase de discussão pública a alteração ao alvará de loteamento n.º 5/84, sito em Santa Ovaia, em nome de Agostinho Freire Lobo Vaz Pato e a pedido de Antonino Madeira Gouveia & Filhos, L.ª, que ocorrerá a partir da data de publicação no *Diário da República* e pelo prazo de 15 dias.

O projecto de alteração, bem como a informação técnica que recai sobre o mesmo, encontram-se ao dispor de qualquer interessado, para consulta, na Secção de Obras Particulares desta Câmara Municipal, nos dias úteis, entre as 9 e as 16 horas.

E para que se não alegue desconhecimento, se publica este aviso nos locais públicos de estilo, bem como no jornal — *A Comarca de Arganil*.

11 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Mário Américo Franco Alves*. 3000214363

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

Aviso

1 — Faz-se público que, de acordo com o constante no meu despacho datado de 20 do corrente, proferido no uso da competência que me foi delegada pela presidente da Câmara, pelo despacho n.º 42/2005, proferido no dia 3 de Novembro de 2005, e nos termos do disposto na alínea a) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concursos externos de ingresso para:

1.1 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — geografia e planeamento regional (processo n.º 23.02/P/DIP/DRH/2006) — um lugar.

1.2 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — engenharia geográfica (processo n.º 24.02/P/DIP/DRH/2006) — um lugar

1.3 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — jurista (processo n.º 25.02/P/DIP/DRH/2006) — um lugar

2 — Validade dos concursos — os concursos indicados são válidos para os lugares indicados esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Habilitações literárias:

3.1 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — geografia e planeamento regional — licenciatura em Geografia e Planeamento Regional.

3.2 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — engenharia geográfica — licenciatura em Engenharia Geográfica.

3.3 — Técnico(a) superior de 2.ª classe — jurista — licenciatura em Direito.

4 — Condições de admissão aos concursos — podem candidatar-se os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos gerais, previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.